

DA BIBLIOTECA GENERAL CORDEIRO DE FARIAS AO CENTRO DE CONHECIMENTO CIENTÍFICO E CULTURAL (C4): UM RESGATE HISTÓRICO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL

Jamylle de Almeida Ferreira*

Luiza das Neves Gomes**

Catia Antonia da Silva***

RESUMO

Este artigo estabelece um diálogo entre o presente e o passado na construção da memória institucional, divulgando o acervo histórico da Escola Superior de Guerra (ESG) e possibilitando o acesso ao pensamento daqueles que influenciaram e foram influenciados pela doutrina desenvolvida e praticada na Escola. O acervo da Escola é composto por 7.455 documentos, entre eles trabalhos de final de curso, conferências e relatórios de viagens individuais e em grupos que retratam a visão e a cumplicidade costurada entre as elites civil e militar brasileiras para alcançar o desenvolvimento compatível com os interesses nacionais e colocar o Brasil lado a lado com as grandes potências do mundo, evidenciando o método adotado pela Escola. Em 2014, 93% dessa documentação foi desclassificada por uma Comissão de Análise própria, passando de reservado a ostensivo para atender à Lei de Acesso à Informação (LAI) 12.527/2011. Esses documentos foram disponibilizados ao público, depois de mais de 60 anos de acesso restrito. Neste trabalho, verifica-se que os esforços para preservar, organizar e disseminar o acervo da Escola culminou na criação do Centro de Conhecimento Científico e Cultural em 2015, junto com a necessidade de ampla divulgação dessas fontes que se apresentam como uma possibilidade ainda inexplorada de entender a história recente do Brasil.

Palavras-chave: Escola Superior de Guerra. Memória Institucional. Centro de Conhecimento Científico e Cultural. Lei de Acesso à Informação.

* Graduada em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2008), mestre em História Social pela mesma instituição (2013). Membro-pesquisadora da Memória Institucional – Centro de Conhecimento Científico e Cultural da Escola Superior de Guerra (ESG) e do Núcleo de Pesquisa Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas – NUTEMC-FFP-UERJ.

** Graduada em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2009), especialista em História Militar Brasileira pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2011) e mestre em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2012). Atualmente é adjunta da Divisão de Assuntos Políticos da Escola Superior de Guerra e pesquisadora do Laboratório.

*** Docente Associado – Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da UERJ. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa e Extensão: Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas. Membro Permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Programa de Pós-Graduação em História Social (área de Concentração História Social do Território) – FFP-UERJ. Pesquisadora CNPq, FAPERJ e PROCIENTISTA.

LIBRARY GENERAL CORDEIRO DE FARIAS TO SCIENTIFIC KNOWLEDGE CENTER AND CULTURAL (C4): A RESCUE OF INSTITUTIONAL MEMORY

ABSTRACT

This article establishes a dialogue between present and past in the construction of institutional memory, disclosing the historical collection of the Superior School of War (ESG), and allowing access the thinking of those who influenced and were influenced by the developed and practiced doctrine in School. The collection of the School consists of 7,455 documents, including end of course work, individual travel, and conference reports and groups. Those portrays the vision and the complicity sewn between the civil elites and the Brazilian military to achieve development compatible with the interests national and place Brazil, alongside the great powers of the world, showing the method adopted by the School. In 2014, 93% of this documentation was disqualified for a proper analysis of the Commission, from the ostensible reserved to meet the access the Information Act (LAI) 12,527/2011. Those documents has made available to the public after more than 60 years of restricted access. In this work, it is necessary to check that efforts to preserve, organize, and disseminate the School collection culminated in the creation of the Scientific and Cultural Knowledge Center in 2015, along with the need for a wide dissemination of these sources are presented as an unexploited possibility of understanding Brazil's recent history.

Keywords: Superior School of War. Institutional memory. Scientific and Cultural Knowledge Centre. Access to Information Act.

DE LA BIBLIOTECA GENERAL CORDEIRO DE FARIAS AL CENTRO DE CONOCIMIENTO CIENTÍFICO Y CULTURAL (C4): UN RESCATE DE LA MEMORIA INSTITUCIONAL

RESUMEN

Este artículo establece un diálogo entre el presente y el pasado en la construcción de la memoria institucional, divulgando la colección histórica de la Escuela Superior de Guerra (ESG) y permitiendo el acceso al pensamiento de aquellos que han influido y fueron influenciados por la doctrina desarrollada y practicada en la Escuela. En la colección de la Escuela hay 7.455 documentos, entre ellos trabajos finales, conferencias e informes de viajes individuales y en grupos, que retratan la visión y la complicidad establecida entre las élites civil y militar para lograr el desarrollo compatible con los intereses nacionales y poner Brasil lado a lado con las grandes potencias del mundo, destacando el método adoptado por la Escuela. En 2014, 93% de esta documentación fue desclasificada por una Comisión de Revisión Propia, pasando de reservada a la clasificación ostensible para cumplir con la Ley de Acceso a la Información (LAI) 12.527 / 2011. Estos documentos se pusieron a disposición

del público después de más de 60 años de acceso limitado. En este trabajo, se comprueba que los esfuerzos para preservar, organizar y difundir la colección de la Escuela culminaron con la creación del Centro de Conocimiento Científico y Cultural en el año 2015, junto con la necesidad de la amplia revelación de estas fuentes que se presentan como una posibilidad todavía sin precedentes para entender la historia reciente de Brasil.

Palabras clave: Escuela Superior de Guerra. Memoria institucional. Centro de Conocimiento Científico y Cultural. Ley de Acceso a la Información.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é tanto fazer conhecer a trajetória e a evolução do tratamento da informação na Escola Superior de Guerra (ESG) – fortalecendo, a partir de um resgate histórico, a Memória Institucional – quanto provocar interesse dos membros da ESG e da comunidade acadêmica pela documentação existente no acervo do Centro de Conhecimento Científico e Cultural (C4), especialmente aquela recém-desclassificada¹⁵, para que, de forma concomitante com a organização, separação e produção de relatórios técnicos sobre o contexto histórico da documentação, haja contribuições dos mais variados pesquisadores na interpretação dos trabalhos produzidos por estagiários¹⁶ civis e militares que frequentaram os cursos da Instituição.

O presente artigo dará enfoque desde o período de criação e formação da Biblioteca até o que ela se tornou nos dias atuais, uma Divisão do C4, e trará subsídios para perceber o processo de classificação dos documentos sigilosos da Escola e a evolução do acesso à informação, o que possibilitou que diversos documentos fossem hoje colocados à disposição de toda a sociedade.

A metodologia escolhida consiste em analisar as fontes primárias, disponibilizadas no próprio acervo da Escola, e a legislação vigente sobre desclassificação de documentos, possibilitando demonstrar a evolução do tratamento da informação no âmbito externo à instituição, o que repercutiu internamente.

Um fator motivador deste artigo é perceber a contribuição que o imenso repositório de registros históricos da ESG oferece para a sociedade, principalmente para o desenvolvimento de estudos no campo da defesa e segurança nacionais.

Entende-se ser este o momento ideal para fazer um resgate histórico, por meio de nova leitura sobre um espaço de conhecimento que acompanha o

15 Ato pelo qual a autoridade competente libera à consulta, no todo ou em parte, documento anteriormente sujeito a grau de sigilo, conforme Arquivo Nacional (2005, p. 67).

16 De acordo com o art. 93 do Regimento Interno da ESG, aprovado pela Portaria n. 18/ GAB/ESG, de 1 de fevereiro de 2016, o Corpo de Estagiários é constituído por militares e civis matriculados nos cursos ministrados ou conduzidos pela Escola, respeitada, entre eles, a precedência estabelecida pela legislação federal em vigor (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 2016).

desenvolvimento intelectual da instituição, bem como uma oportunidade para fechar uma lacuna identificada na Revista da ESG n. 57 (REVISTA DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 2015), que comemorou os seus 65 anos de existência. O referido momento ideal e uma possível lacuna fazem alusão ao fato de que, à época da comemoração dos 65 anos da instituição, o processo que transformaria a área de conhecimento em questão ainda não havia sido iniciado. Hoje, com essa reestruturação já concluída, pode-se finalmente refazer o caminho dos 65 anos para entender o que atualmente, fora do papel, é o Centro de Conhecimento Científico e Cultural da ESG, um complexo que envolve a Biblioteca, a Gráfica, a Editora e a Memória Institucional.

Tornar a Biblioteca da ESG um objeto de análise histórica consiste em lançar luz sobre o processo de construção da identidade da Escola e a maneira como esta Instituição e seus atores se organizam.

2 UM DIÁLOGO ENTRE O PRESENTE E O PASSADO NA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL

(...) O passado legitima. O passado fornece um pano de fundo mais glorioso a um presente que não tem muito o que comemorar.

(Eric J. Hobsbawm)

O primeiro indício de organização da Biblioteca da ESG no relatório da Missão Militar Americana¹⁷ (SARDENBERG, 1987) no Brasil, datado em 1º de outubro de 1948, foi produzido por três militares das forças armadas dos Estados Unidos: o Coronel William J. Werbeck, o Coronel Aviador Alvord Van Patten Anderson Jr. e o Capitão de Mar e Guerra Lower. Este documento encaminhado para o Chefe do Estado-Maior Geral tinha como objetivo trazer uma proposta inicial para estruturação de uma escola nacional de guerra no Brasil. Os conselheiros americanos, já naquele momento, mostravam a convicção de que o sucesso da Escola dependia, consideravelmente, do aproveitamento individual pelos alunos de uma biblioteca. Nela, deviam estar contidos os melhores livros de consulta que abordassem diversas áreas do conhecimento, envolvendo não apenas estudos militares, mas também históricos, geográficos, políticos, econômicos e internacionais, refletindo a estruturação da ESG nesse período: Divisão de Assuntos Nacionais, Divisão de Assuntos internacionais e Divisão de Assuntos Militares.¹⁸

17 A missão militar americana foi contratada pelo governo brasileiro para auxiliar a orientação dos trabalhos da Escola e foi constituída de oficiais selecionados das três forças daquele país, possuidores do curso da escola superior de guerra americana.

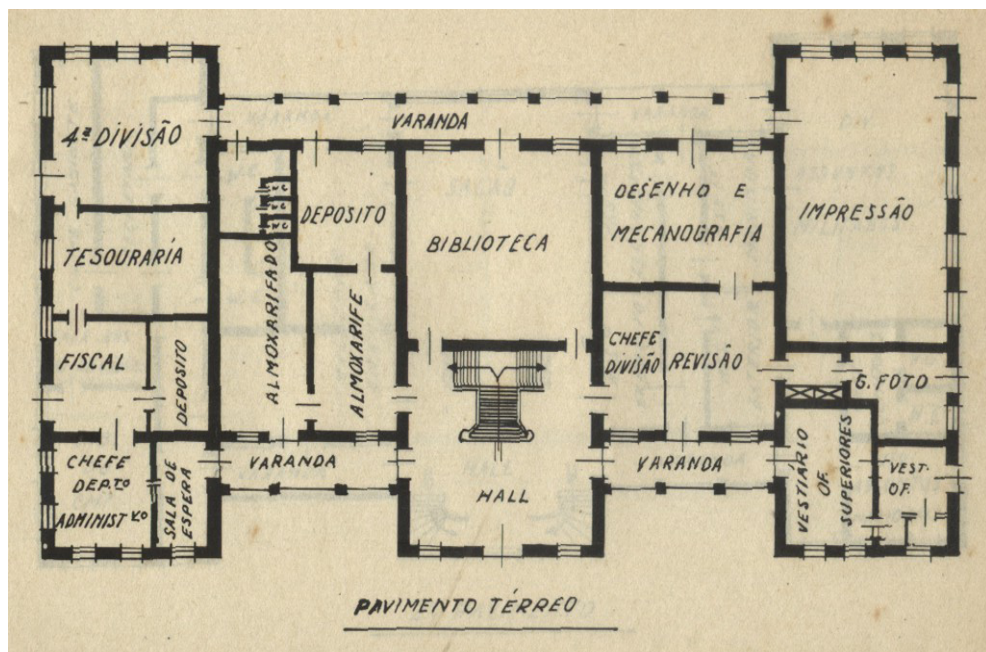
18 Divisões definidas no regulamento de 1949 da ESG- Decreto n. 27.264, de 28 de setembro de 1949.

Conforme consulta à coletânea de documentos organizada na ESG (MONTENEGRO, 2012, CD ROM), nesse momento de criação da instituição, alguns importantes exemplares foram adquiridos pelo adido militar brasileiro nos Estados Unidos, marcando o início da organização da biblioteca. O documento traz a relação de vinte livros. Algumas das obras adquiridas foram: *Estrategistas Modernos*, de Edward Nead Earl; *Política exterior americana*, de Walter Lippman; *Um mundo melhor*, de Carl Becker; *A luta pelo mundo*, de James Burnham; *A arma absoluta*, de Bernard Brodie.

Cabe ressaltar ainda que o acervo da Escola sempre teve como objetivo maior a orientação nos debates dos estagiários, o que já aparecia mencionado no relatório da Missão Americana, que consta da mesma coletânea (MONTENEGRO, 2012, CD ROM), o qual enfatizava: “será extremamente proveitosa para os estudantes uma adequada biblioteca, organizada com este fim.”.

A Biblioteca, nesse sentido, é parte do processo de criação da ESG e um órgão vital de sustentação da Escola. Até a década de 1980, ela funcionou no interior do Prédio Marechal Cesar Obino, onde atualmente está a Divisão de Pessoal. O croqui abaixo mostra a disposição física de algumas divisões alocadas no pavimento térreo do referido prédio.

Figura 1 - Pavimento Térreo do Prédio Marechal César Obino



Fonte: ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1951b, p. 13.

No Decreto n. 27.264, de 28 de setembro de 1949, que aprova e manda executar o Regulamento da Escola Superior de Guerra, a Biblioteca estava subordinada ao departamento de administração, juntamente com as seguintes Divisões: Fiscalização, Secretaria, Serviços Escolares e Serviços Gerais. Atualmente, como observado ao longo do texto, a Divisão possui outra subordinação.

O primeiro catálogo encontrado da Biblioteca data de 31 de dezembro de 1950. Publicado em março de 1951 (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1951a), foi classificado da seguinte forma: Brasil - Geografia; Brasil - História e Assuntos internacionais. Porém, nesse momento, o acervo ainda estava em processo de organização. Somente em 1952, a partir da leitura do documento sobre métodos e processos de trabalho do Curso Superior de Guerra, pode-se afirmar que a ESG passou a ter uma biblioteca já organizada e especializada para atender ao seu público, dispondo de quatro seções: a de livros, a de periódicos, a de cartas e a de sigilosos (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1952).

2.1 Evolução da legislação de classificação de documentos

O papel da biblioteca na questão do gerenciamento de documentos sigilosos sofreu transformações ao longo do tempo, muitas vezes devido à conjuntura nacional e internacional, que propiciou a adoção de medidas no controle do acesso à informação.

Neste sentido, cabe uma breve explicação do contexto histórico no qual surgiu a Escola para perceber como foram pensadas as primeiras classificações de documentos produzidas na Instituição.

A ESG tinha e ainda tem o objetivo de formar elites que irão conduzir as instituições do Estado, no sentido de desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e para o planejamento da segurança nacional. No regulamento de criação da ESG (BRASIL, 1949c), as soluções para problemas do Brasil seriam pensadas, principalmente, “[...] através de um método de análise e interpretação dos fatores políticos, econômicos, diplomáticos e militares que [condicionavam] o conceito estratégico.” (BRASIL, 1949a)¹⁹. Buscaria também definir “[...] um conceito amplo e objetivo de segurança nacional que servisse de base à coordenação das ações de todos os órgãos, civis e militares, responsáveis pelo desenvolvimento do potencial e pela segurança do país.” (BRASIL, 1949a).

A Escola surgiu no contexto da Guerra Fria, a partir dos ideais dos seus fundadores: o General Salvador César Obino e o General Oswaldo Cordeiro de Farias, auxiliados por militares americanos e seguindo os moldes do *National War*

19 Decreto n. 27.264, de 28 de Setembro de 1949.

*College*²⁰. Oficiais americanos permaneceram no staff regular da ESG até o início da década de 1970, e segundo Dreifuss (1981), propagavam a ideia de uma colaboração americano-brasileira contra o comunismo.

Os oficiais que integraram os primeiros quadros da ESG defendiam que o Brasil precisava de uma Escola que garantisse a segurança da nação e o desenvolvimento do país.

Nessa época, pensava-se em saídas estratégicas para o Brasil, dentro de um mundo marcado pela insegurança do “perigo vermelho” e da subversão interna. Esse contexto permite compreender por que o estudo dos “problemas brasileiros” merece atenção especial na Escola Superior de Guerra.

Em contextos de crise, como na iminência de guerras, mesmo os Estados democráticos tendem a investir na vigilância e no controle das informações, sendo assim medidas defendidas como necessárias devido aos perigos representados pela ameaça de subversão. A importância especial que assumem as informações secretas do Estado é compreensível, pois é necessário privar o inimigo, interno ou externo, de dados que possam contribuir para sua ação no território nacional. Logo, o controle das informações constituiu um aparato importante na estrutura do governo.

Pensadores clássicos como Platão (2000), Aristóteles (2002, 2005), Francis Bacon (2007) e mais recentemente Michel Foucault (1997) defendiam a ideia de um poder advindo do conhecimento, no qual há uma linha tênue entre as informações que constituem o saber e o poder dele decorrente. Essa relação possibilitaria a ação, o controle e a dominação. Para Francis Bacon (2007), o poder²¹ está diretamente relacionado ao conhecimento. Dessa forma, um Estado bem informado é um Estado poderoso, capaz de identificar e neutralizar as suas ameaças reais e potenciais.

Ao compartilhar as informações, pode-se aferir que há a democratização do poder; e o contrário restringe-as, o que implica concentração de poder nas mãos de quem detém o seu acesso.

Foi somente após a Segunda Guerra Mundial que se começou a pensar a difusão das informações. Em 1948, na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), a Organização das Nações Unidas (ONU) reconheceu o acesso à informação como direito fundamental do ser humano. Em seu artigo 19, assegura que:

[...] todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e

20 Fundado em 1946, tinha como objetivo a criação de uma doutrina própria para estudar e aperfeiçoar a política externa dos Estados Unidos da América no contexto da Guerra Fria, através, principalmente, da perspectiva de segurança coletiva. Sediado em Washington e vinculado ao Pentágono, foi um dos responsáveis pela elaboração da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), disseminada nas principais instituições militares da América Latina.

21 O autor usa o termo não no sentido de “vantagem pessoal ou política”, mas de “controle da natureza”.

idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras. (ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948).

Contraditoriamente ao DUDH, o presidente Eurico Gaspar Dutra aprovou o Decreto 27.583 de 14 de dezembro de 1949, que versa sobre o regulamento para a salvaguarda das informações que interessam à Segurança Nacional. Essa foi a primeira legislação voltada à proteção das informações sigilosas pelo Estado brasileiro reconhecendo a importância do sigilo para a política externa e a defesa nacional. O decreto via a necessidade de classificação dos documentos produzidos no âmbito público, uma vez que:

[...] as informações que interessam à Segurança Nacional têm valores variáveis para os que sejam inimigos efetivos ou potenciais do Brasil e, por isto, requerem correspondentes graus de proteção. Os assuntos de caráter oficial devem ser examinados sob o ponto de vista da **necessidade de Salvaguarda contra a sua revelação**. [...] As normas e definições estabelecidas neste regulamento visam assegurar classificação precisa e uniforme, bem como adequada **proteção para as informações que interessam à segurança nacional**. (BRASIL, 1949b, grifo nosso).

Percebe-se que o foco do decreto é a restrição do acesso, refletindo o clima de tensão da época. Esse decreto é bastante extenso e detalhado, incluindo definições de categorias de sigilo, formas de classificação, atribuição de responsabilidades, trâmites e até mesmo a orientação sobre a eliminação de determinados documentos.

A referida classificação dividia os documentos em ultrassecretos, secretos, confidenciais e reservados²².

22 Ultrassecretos seriam documentos que, se dado conhecimento a pessoa não autorizada, causaria dano excepcional à Nação. Secretos seriam as informações ou materiais cuja revelação desautorizada colocaria em perigo a segurança nacional, ou causaria sérios prejuízos aos interesses ou prestígio da Nação ou a qualquer atividade do governo, ou que resultaria em grande benefício para outra nação. As autoridades que poderiam classificar os documentos como ultra-secretos e secretos eram os Membros do Conselho de Segurança Nacional, seus Secretários Gerais e as autoridades a eles subordinadas por meio de delegação. Confidenciais seriam aqueles documentos que, se revelados, não colocariam em risco a segurança nacional, mas que poderiam ser prejudiciais aos interesses da Nação, às atividades governamentais ou a um indivíduo. Reservados seriam os documentos que não receberam nenhuma das classificações anterior, mas que só poderiam ser publicados ou comunicados para fins oficiais, não devendo ser dado conhecimento a todos. As autoridades autorizadas para classificar um documento como reservado eram quaisquer oficiais das Forças Armadas, oficiais administrativos ou funcionários de categoria mais elevada na administração civil.

O Decreto n. 27.930, de 27 de março de 1950, dispôs sobre a aplicação do Decreto n. 27.583, de 1949, e estabelecia que todas as entidades e pessoas ligadas à administração pública estavam submetidas às suas disposições. Além disso, esta norma foi adotada para todo assunto e matéria de caráter sigiloso, inclusive quando não interessasse diretamente à segurança nacional.

O Decreto n. 27.583 foi transcrito na publicação interna D-001 (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1950, p. 1) como recomendação sobre o tratamento de documentos sigilosos. Recomendava-se que todos do corpo permanente e estagiários tivessem “uma constante meditação sobre os deveres e responsabilidades quanto ao sigilo que deve acompanhar suas atividades”, em razão do caráter confidencial das finalidades dos estudos da Escola. Ao final desse documento, há prescrições particulares para a aplicação, ainda de forma embrionária, no âmbito da ESG.

Tendo por base essas legislações, a ESG, em 1953, publicou novas instruções, mais elaboradas, visando regular o tratamento de documentos sigilosos:

Qualquer documento será inicialmente classificado pelo autor e essa classificação inicial prevalecerá, com todas as suas servidões, até que a chefia do departamento de estudos lhe dê a classificação final. Ao chefe do departamento de estudos, compete, em nome do comando da Escola, classificar e reclassificar a documentação, do ponto de vista do sigilo. (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1953, p. 2)

As instruções internas previam, conforme orientação legal já citada, salvaguardar as informações de caráter sigiloso. Sua proteção significava a destruição, em detrimento da revelação, conforme citado pelas instruções Reguladoras do Tratamento de Documentos Sigilosos na ESG (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1953, p. 4):

A serem elaborados os documentos, é indispensável cuidado especial com a salvaguarda das informações de classificação confidencial, secreta ou ultra-secreta.

Depois de utilizados, os rascunhos e qualquer material já desnecessário e capaz de revelar informações sigilosas, devem ser colocados dentro de cesta de papéis da sala de trabalho, para a devida incineração.

No Decreto n. 27.583, descreve-se o método para incineração de documentos sigilosos:

Destruição de material classificado como sigiloso.

a) Autoridade competente para determinar:

Sempre que o chefe de serviço técnico responsável por um

programa de pesquisa ou pelo projeto, aperfeiçoamento, prova ou pela produção ou aquisição de uma espécie de material ou de um dos seus elementos componentes julgar que sua destruição é necessária para salvaguardar informações a respeito, expedirá as competentes instruções.

b) Modo de proceder a destruição de material classificado sigiloso: Quando a destruição de material classificado sigiloso fôr [sic] determinada:

1 - O guardião respectivo retirará todos os elementos sigilosos componentes do material e os incinerará ou destruirá de outra forma na presença de um colega estranho à guarda do material. Proceder-se-á com o restante de acôrdo [sic] com as prescrições aplicadas a material inservível.

2 - Se as prescrições supra não forem realizáveis, o guardião destruirá o material completo por incineração ou outro meio na presença de um companheiro estranho à guarda.

3 - Em qualquer caso, o certificado de destruição será assinado por ambos, o guardião e a testemunha, antes de ser entregue a quem determinou a destruição. Se a organização tiver somente um oficial ou civil de responsabilidade equivalente, o documento fará referência a esta circunstância. Exceções só podem ser autorizadas pelos Ministérios Militares, pelo das Relações Exteriores, pelo Chefe do Estado-Maior das Fôrças [sic] Armadas e Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. (BRASIL, 1949b).

Embora seja reconhecida a evolução no tratamento da informação, deve-se considerar que o contexto mundial de disputa entre dois blocos favorecia a preservação do sigilo em detrimento do acesso à informação pública, o que permitia a destruição de qualquer documento classificado como sigiloso, até mesmo os reservados.

Na mesma direção, em 11 de março de 1967, o Decreto n. 60.417²³ sancionado pelo então presidente Humberto Castello Branco confirma a permissão de destruição de documentos sigilosos. Este novo regulamento para a Salvaguarda de Assuntos Sigilosos, assim como o anterior, prevê o sigilo das informações públicas, cerceando o acesso (BRASIL, 1967).

O fim da década de 1980 foi um período de grandes transformações mundiais, no qual ocorreram significativas mudanças internas e externas que contribuíram para a instalação de novos ordenamentos no quadro político da nossa sociedade.

23 Este foi revogado pelo Decreto n. 79.099, de 1977, que foi revogado pelo Decreto n. 2.134, de 1997, revogado pelo Decreto n. 4.553, de 27.12.2002, que por sua vez foi revogado pelo Decreto n. 7.845, de 2012, que cita a LAI 12.527, de 18 de novembro de 2011. A evolução da lei de Acesso à Informação pode ser detalhada na análise da sucessão dos decretos.

Pode-se citar como acontecimentos relevantes o fim da Guerra Fria, o fim da bipolaridade entre EUA e URSS para a multipolaridade no contexto mundial e internamente temos o início do processo de abertura política e a formulação da Constituição Federal de 1988 (CF/88)²⁴, na qual diversas mudanças foram formuladas visando à redemocratização do país e ao alcance da cidadania, entre elas, como direito fundamental de todos está o de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, de interesse coletivo ou geral, com a ressalva do sigilo apenas em casos excepcionais, quando se fizer imprescindível à segurança.

Mesmo assim, de acordo com Almeida (2014), até 1990, somente treze países haviam adotado leis que possibilitavam o acesso à informação²⁵. Mais recentemente, em novembro de 2011, foi publicada a Lei de Acesso à Informação²⁶ (LAI)12.527/2011, importante marco legal e histórico na luta pelos direitos humanos no Brasil.

Entre as diretrizes da LAI, a publicidade é observada como preceito geral, e o sigilo, como exceção. Desta maneira, a lei pretende dar amplo acesso às informações acerca do que for público ou envolva interesses públicos²⁷. Em seu artigo 3º, lê-se que os procedimentos nela previstos “[...] destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública.” (BRASIL, 2011).

A questão do controle e acesso a documentos e arquivo torna-se componente da maior relevância para o exercício da cidadania.

2.2 Entre a Biblioteca General Cordeiro de Farias e o C4: reestruturação necessária ou legado de comandantes comprometidos com a formação?

A função social das bibliotecas está diretamente ligada à missão de preservar, organizar e disseminar os elementos culturais e os saberes concebidos pelos sujeitos históricos.

Conforme o Catálogo da Biblioteca D-004 (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1951a)²⁸, no processo de seu desenvolvimento, a Biblioteca General Cordeiro de

24 Conforme artigo 5º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988, o direito à informação está inserido entre os direitos fundamentais, com reflexos no exercício da cidadania, participação popular, legitimação do poder e segurança do cidadão frente ao poder do Estado.

25 São eles: Suécia (1766), Colômbia (1888), Finlândia (1951), Estados Unidos (1967), Dinamarca (1970), Noruega (1970), Holanda (1978), França (1978), Nova Zelândia (1982), Austrália (1982), Canadá (1982), Áustria (1987) e Filipinas (1987).

26 A lei regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas e entrou em vigor em maio de 2012.

27 A lei alcança até mesmo entidades privadas, quando estas forem sem fins lucrativos e receberem recursos do governo para ações de interesse da coletividade.

28 São considerados consulentes autorizados aqueles que possuem ficha de registro na biblioteca,

Farias adquiriu gradualmente as características de uma instituição de atendimento ao público, partindo do acesso restrito ao acesso mais amplo, capaz de sustentar um espaço adequado e receptivo aos usuários de diversas categorias, seja o estagiário, seja o palestrante, o corpo permanente ou o pesquisador civil. Ela foi o embrião fundamental à preservação da memória institucional da Escola Superior de Guerra.

A Biblioteca General Cordeiro de Farias recebeu essa denominação em homenagem ao primeiro Comandante e Diretor de Estudos da ESG, o Marechal Oswaldo Cordeiro de Farias (1949-1952).²⁹

Mas foram os dois últimos comandantes da ESG, o Almirante de Esquadra Eduardo Barcelar Leal Ferreira³⁰ e o Major-Brigadeiro do Ar Stefan Egon Gracza³¹ que tiveram influencia decisiva tanto na reestruturação da Biblioteca General Cordeiro de Farias e na implantação do C4 quanto na implantação de importantes mudanças estruturais dessa Organização de Ensino Superior, tais como articulações que resultaram na equiparação do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE) à pós-graduação (BRASIL, 2015)³² e na implantação, em andamento, do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* no nível de Mestrado.³³

Os oficiais gerais mencionados tinham em comum um processo formativo e/ou experiências de carreira voltadas para o conhecimento, o que conduz naturalmente a uma valorização e reestruturação de espaços, como a biblioteca, indicados para sua produção.

O Comandante da Marinha do Brasil, o Almirante de Esquadra Eduardo Barcelar Leal Ferreira, teve como sua primeira experiência profissional nos EUA um emprego em uma biblioteca, ainda como civil. Na Marinha, muitas de suas experiências foram voltadas para a educação. Ele foi Instrutor da Escola Naval e da

visada pelo chefe de gabinete. Entre esses, acham-se incluídos automaticamente os estagiários e o pessoal em comissão do quadro da escola.

29 Essa lista de Comandantes da ESG está disponível em: <<http://www.esg.br/index.php/es/2014-02-19-17-51-50/galeria-dos-ex-diretores>>. Acesso em: 18 jun. 2015.

30 Comandante da ESG entre 2013 e 2015. Foi nomeado para assumir o comando da Marinha em janeiro de 2015.

31 Ocupou o cargo de subcomandante da ESG entre 2013 e 2015 e posteriormente de comandante interino, em 2015, hoje na reserva remunerada.

32 Portaria Normativa Interministerial n. 1, de 26 de Agosto de 2015 dispõe sobre a equivalência de cursos nas instituições militares de ensino e na Escola Superior de Guerra em nível de pós-graduação lato sensu.

De acordo com o Art. 1º desde que se cumpram as exigências necessárias: “Os cursos de pós-graduação lato sensu ministrados nas instituições militares de ensino e na Escola Superior de Guerra - ESG são equivalentes aos cursos de pós-graduação lato sensu definidos na Resolução n. 001/2001, alterada pela Resolução n. 001/2007, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação”.

33 Visando acompanhar as mudanças educacionais do país sem perder a identidade institucional garantida pela tradição de pensar o destino do Brasil

Escola de Guerra Naval, Instrutor de Navegação Astronômica na Academia Naval de Annapolis – EUA, Comandante do Centro de Instrução Almirante Alexandrino; Comandante da Escola Naval; e por fim foi Comandante da Escola Superior de Guerra.

O Major-Brigadeiro do Ar Stefan Egon Gracza foi Instrutor de Voo da Academia da Força Aérea, Instrutor da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Instrutor e Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica. Como Comandante/Reitor da Universidade da Força Aérea (UNIFA), coordenou o processo de aprovação inicial junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para os cursos hoje ministrados naquele campus na área de Ciências Aeroespaciais. Os últimos cargos na ativa foram os de subcomandante e comandante interino da ESG.

Sob o enfoque deste artigo, cabe ressaltar que, consciente da importância de construir uma memória institucional oficial para a formulação de projetos futuros desta Escola, foi o Major-Brigadeiro do Ar Stefan Egon Gracza quem pessoalmente conduziu a criação do C4 com objetivo de dinamizar a produção e a circulação do conhecimento na Escola e preservar sua história. Até então, não havia tratamento técnico para o acervo documental histórico e não existiam atividades culturais fomentadas fora do ambiente dos cursos.

Assim como a Biblioteca, a Gráfica faz parte da estrutura da ESG desde sua criação; a Sala de Memória foi criada em 30 de novembro de 2009³⁴, a partir dos esforços do Cel R/1³⁵ Montenegro em preservar documentos e mobiliários que fizeram parte da história da Escola; já a Editora foi criada em 22 de outubro de 2014, sob o prefixo editorial 68649.

No ano de 2014, foram iniciadas as mudanças estruturantes tanto em relação aos recursos humanos quanto no que tange à criação da editora.

Houve movimentação de pessoal e a criação de uma equipe técnica instalada na Biblioteca, que posteriormente integraria o C4. Essa equipe assumiu o processo de edição das Revistas da ESG. Desta maneira, elas deixaram de ser produto do Centro de Estudos Estratégicos. Com a legitimação da editora, proposta pelo mesmo grupo, acrescentou-se às suas atividades a Editoração de livros produzidos na ESG, tendo sido o primeiro o livro publicado em 2014, contendo as conferências realizadas por Santiago Dantas, entre 1951 e 1962, na Escola.

Nesse processo, visando atender às regras de classificação de periódicos estabelecidas pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), a revista sofreu modificações internas e externas, tais como a aprovação de um Conselho editorial composto por doutores e revisão por pares, em suas regras de submissão de artigos.

34 Não foi encontrado em nossas consultas o Boletim de Criação da Sala de Memória.

35 Coronel da Reserva

As ações citadas acima, de forma geral, fizeram parte da estruturação e consolidação do C4, criado pela Portaria n. 45, de 05 de março de 2015, que revoga o artigo 33 do Regimento Interno da ESG, aprovado pelo Decreto 5.874, de 15 de agosto de 2006. A partir de então, a Biblioteca General Cordeiro de Farias deixa de ser uma divisão de apoio do Departamento de Ensino (DE) e passa a compor o C4, estando diretamente subordinada ao Subcomando da ESG (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 2015a).

A referida Portaria, além de criar o C4, incorpora a Biblioteca e a Gráfica e cria a Editora e a Memória Institucional. Suas atribuições, bem como sua estrutura organizacional, podem ser encontradas no primeiro Plano Estratégico Setorial do C4, instituído pela Portaria n. 49, de 10 de março de 2015 (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 2015b), e colocado em prática pelo primeiro Plano Diretor Setorial do C4 (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 2015c). De acordo com essa documentação, foi possível destacar abaixo algumas das atribuições das Divisões que compõem o C4:

BIBLIOTECA

- Dinamização do *software Pergamum*;
- Criação de políticas de desenvolvimento de coleções; preservação e conservação; descarte;
- Digitalização de monografias dos cursos e disponibilização na rede

GRÁFICA

- Editoração digital;
- Aquisição de *software* para edição das revistas (*Corel, Photoshop*) e de suprimentos;
- Adoção de uma dinâmica de trabalho produtiva (planejamento, revisão antes da produção e arte final)

EDITORA

- Digitalização dos números 1 ao 33 da Revista da ESG e disponibilização na Internet;
- Estabelecimento do processo de revisão dos conteúdos a serem disponibilizados na internet e intranet;
- Reprodução, em mídia impressa e digital, dos produtos finalizados pelo setor
-

MEMÓRIA INSTITUCIONAL

- Preservação do acervo audiovisual e do acervo fotográfico (disponível na biblioteca);
- Projeto de história oral;
- Preparação das fontes para pesquisa histórica.

Ainda de acordo com a documentação acima citada, a nova estrutura organizacional tem em vista:

[...] ampliação das atividades realizadas pela biblioteca; Incorporação da editoração das revistas científicas qualificadas e dos livros, legitimando junto à Fundação Biblioteca Nacional, a Editora da Escola Superior de Guerra, sob o prefixo editorial 68649, em 22 de outubro de 2014; criação de uma área para tratamento da documentação histórica, inclusive dos documentos e do mobiliário existentes na Sala de Memória; promoção de atividades culturais para o público interno e externo à ESG; e absorção do setor gráfico, a fim de criar as condições propícias para atender às demandas pretéritas, presentes e futuras do Centro. (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 2015b).

A Portaria n. 49 também estabelece a missão e a visão de futuro do C4, que são respectivamente: “Atuar como um facilitador e disseminador das informações e conhecimentos produzidos pela Escola e salvaguardar a memória da Instituição e do patrimônio político-histórico-cultural do Brasil, no período pós-Segunda Guerra” e “Ser reconhecida como um espaço dinâmico de produção e difusão de conhecimento nos estudos de desenvolvimento, segurança e defesa nacionais produzidos pelo corpo docente e discente da Escola Superior de Guerra.” (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 2015b).

A criação do C4 não foi uma ação isolada, mas faz parte da intenção de modernização acadêmica da Escola como um todo. Deve-se considerar ainda que tanto o Almirante de Esquadra Leal Ferreira quanto o Major-Brigadeiro do Ar Gracza possuíam experiência em administração de Escolas Militares – Escola Naval e Universidade da Força Aérea. É provável que esse fator tenha influenciado na escolha dos caminhos para reconduzir a Escola Superior de Guerra a um lugar de destaque tanto em âmbito nacional quanto internacional.

Desta maneira foi na Gestão deles que foram tomadas providências no sentido de aproximar a ESG da academia, outra medida nesse sentido foi a contratação de oficiais de Reserva de Segunda Classe da Marinha (RM2) com pós-graduação *stricto sensu* para compor o quadro técnico, o que aponta para o comprometimento com a pesquisa que, aliás, já constava do Projeto de Criação da ESG, n. 476, de 1949, que foi levado à Câmara dos Deputados:

Estabelece o projeto que a Escola será um instituto nacional de altos estudos destinado a desenvolver e consolidar conhecimentos relativos ao exercício de funções de direção ou planejamento de segurança nacional e funcionará como um centro permanente de pesquisas. (BRASIL, 1949d).

2.3 O acervo do Centro de Conhecimento Científico e Cultural e a criação da Memória Institucional

O acervo da Biblioteca General Cordeiro de Farias, que integra o Centro de Conhecimento Científico e Cultural, é composto por 26.082 livros, 70 títulos de periódicos, 25.677 publicações ESG, 7.455 publicações ESG em fase de catalogação, 7900 mídias e uma pequena mapoteca que trata preferencialmente, assuntos relacionados à defesa e segurança nacionais.

A Memória Institucional foi recentemente criada, no ano de 2015, pela mesma portaria que criou o C4 (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 2015a) e é composta por um material que registra a história da Escola, tal como as fotografias, os microfilmes, os livros de ouro, como também a produção dos estagiários, as revistas, cadernos e livros editados pela ESG até o momento atual.

A criação desta Divisão resultou de uma conjunção de fatores que incluem desde o processo evolutivo da legislação de acesso à informação e a consciência coletiva sobre a importância em se consolidar um espaço de guarda da memória da Escola, até a aspiração em ser reconhecida academicamente nos estudos sobre defesa.

Nesse processo, destaca-se uma liderança preocupada com a gestão do conhecimento, que arquitetou a estruturação do C4 em termos organizacionais, envolvendo a contratação de pessoal qualificado, distribuído em áreas diversas já que as atividades desenvolvidas empregam conhecimentos multidisciplinares de áreas tais como Biblioteconomia, Letras, Geografia e História, para lidar, de forma mais ampla, com as questões relacionadas ao conhecimento no âmbito das Ciências Humanas. Conta ainda com colaboradores de outras divisões.

Na Memória Institucional, há também parte da produção dos Estagiários da ESG, contabilizando 7.455 documentos, entre eles trabalhos de final de curso, conferências e relatórios de viagens individuais e em grupos que datam de 1950 até a década de 1990³⁶. Pelo cumprimento da LAI, 6.936, itens foram desclassificados e disponibilizados ao público, passando à classificação de documentos ostensivos³⁷. Do total de documentos existentes somente 7% foram considerados como reservados pela Comissão de Análise³⁸ realizada no ano de 2014.

De acordo com o relatório gerado em 2014 pela Comissão de Análise, constituída pelo Boletim Interno Reservado n. 44, de 26 de dezembro de 2013

36 Os documentos produzidos nos anos seguintes que foram encaminhados à Biblioteca foram catalogados e estão à disposição do público para acesso.

37 O acesso a esses documentos é irrestrito, não havendo limitação de divulgação e riscos para a organização.

38 A Comissão - formada pelo Gen Bda R/1 Leite, Cel Esteves, Cel R/1 Toscano, Ten Cel Américo Dinis e 2º Sgt Cassiano iniciou os trabalhos em 26/12/2013 para atender ao prazo determinado pela LAI, que era de 15 Maio 2014.

(ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 2013), para realizar análise dos documentos acadêmicos sigilosos arquivados na Biblioteca da ESG, alguns exemplos importantes de títulos analisados foram os seguintes:

- TÁVORA, Juarez do Nascimento F. – *Política de Transporte e a Segurança Nacional*;
- CASTELLO BRANCO, Humberto de A. – *Recuperação Moral do País. Os Meios Militares*;
- ALCKMIN, José Geraldo Rodrigues de – *Conjuntura Política Nacional. O Poder Judiciário*;
- MARIGHELA, Carlos – *Minimanual do Guerrilheiro Urbano*.

Tendo sido a maior parte da documentação desclassificada, reforça-se a ideia não só do direito ao acesso à informação, mas de forma mais ampla, ao conhecimento. Essa democratização do conhecimento contribui para possibilitar aos pesquisadores interessados pensar, sob diferentes óticas, a história do país.

Contudo, a carência de organização, preservação, divulgação e orientação para o uso e apropriação social dos documentos que contenham informação pública pode se configurar como negação de acesso da sociedade, porém, como a LAI é recente, para atendê-la plenamente é preciso uma adequação que demanda tempo e investimento financeiro para a higienização, organização, catalogação, digitalização, indexação na base de dados dos documentos que foram desclassificados, e principalmente a aquisição dos equipamentos necessários e da mão de obra qualificada para executar as tarefas citadas. Porém, as dificuldades que se apresentam nessa direção não impedem que a Memória Institucional/C4/ESG incentive a pesquisa dos documentos que foram desclassificados.

A atual fase é de estreitamento de laços com outras instituições, tanto civis quanto militares, em busca dos métodos, técnicas, financiamentos e parcerias que auxiliem na excelência enquanto divisão detentora de grande parte da memória da ESG. Nessa direção, o C4 mantém contato com instituições como a Universo, o Arquivo Nacional, o Exército e a Marinha do Brasil e pretende alcançar outras, à medida que o trabalho for evoluindo, na tentativa não só de prover o acesso, mas de dar qualidade a ele.

O incentivo à produção de uma interpretação atual das publicações é o objetivo perseguido pelo C4. O atendimento aos pesquisadores é feito na Biblioteca que atualmente oferece uma excelente infraestrutura para o estudo, disponibilizando computadores multimídia destinados à pesquisa e terminais de consulta ao acervo, salas de estudos para grupos e sala de vídeo, prestando, assim, um serviço de qualidade a pesquisadores do Brasil e do exterior interessados em trabalhar com o acervo.

2.4 O Centro de Conhecimento Científico e Cultural como lugar de memória

A contribuição para a preservação e para o resgate da memória institucional equivale a estimular e a fortalecer a identidade coletiva da Escola.

A divisão assume a feição de um lugar de memória, no sentido que tal conceito ganha na formulação do historiador Pierre Nora (1993), ou seja, no tríplice sentido de ser um lugar físico de construção da memória, um lugar cuja função é fazer memória e um lugar simbólico da memória institucional.

Segundo Nora (1993, p. 13):

[...] os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais.

Para o autor, os *lugares de memória* podem ser divididos em três categorias: os *lugares materiais*, nos quais os suportes físicos são capazes de guardar a memória social; os *lugares funcionais*, os que adquirirem a função de alicerçar memórias coletivas; e os *lugares simbólicos* nos quais essa memória coletiva se expressa e se revela.

São exemplos de *lugares materiais* os museus, bibliotecas e arquivos. Isto é, lugares construídos para resguardar os documentos históricos e as heranças do nosso passado histórico e cultural. Os *lugares funcionais* têm como propósito preservar, divulgar acontecimentos, personalidades, monumentos que fazem parte da memória coletiva e são tidos como elementos identitários de um grupo ou comunidade. São lugares funcionais os manuais, autobiografias, associações e instituições. Finalmente os *lugares simbólicos* são onde realizamos comemorações, rituais, aniversários, isto é, lugares importantes para determinada comunidade, nos quais certos acontecimentos marcaram a memória social.

Ao analisar as três acepções, percebe-se que Nora (1993) estabelece uma característica chave para definir aquilo que seria admitido como *lugar de memória*: a *capacidade de representação coletiva*. Ou seja, tais objetos – materiais ou imateriais – só são definidos como *lugar de memória*, a partir do momento que representam a cristalização de algo da memória coletiva.

Para Nora (1993, p. 22), a razão de ser de lugar de memória é:

[...] parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para [...] prender o máximo de sentido no mínimo de sinais, é claro, e é isso que os torna apaixonantes: que os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no

incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações.

No caso da ESG, a Memória Institucional tem origem na Biblioteca General Cordeiro de Farias, portanto as duas divisões estão intimamente relacionadas. Sobre a concepção de bibliotecas como lugar de memória, Christian Jacob (2008, p. 53) afirma:

Lugar da memória nacional, espaço da conservação do patrimônio intelectual, literário e artístico, uma biblioteca é também o teatro de uma alquimia complexa em que, sob o efeito da leitura, da escrita e de sua interação, se liberam as forças, os movimentos do pensamento. É um lugar de diálogo com o passado, de criação e inovação, e a conservação só tem sentido como fermento dos saberes e motor do conhecimento, a serviço da coletividade inteira. (JACOB, 2008, p. 9).

Para o historiador francês, Jacques Le Goff (1996, p. 423), o conceito de memória é crucial, pois existe um duplo movimento de lembrança e esquecimento que ocorre no presente: “É no presente que construímos e reconstruímos as nossas memórias, ao preservar o tempo passado e relembrá-lo para servir ao tempo presente, tendo em vista o futuro.”.

Neste sentido, entende-se o C4 como um lugar de memória que tem o objetivo de possibilitar a manutenção da cultura organizacional. A preservação da memória torna-se um processo importante uma vez que tem o objetivo de partilhar com os demais uma determinada vivência e, também, para que as gerações futuras tenham a chance de conhecer os percursos já realizados por esta instituição. Por essa razão, a memória é um elemento essencial e constitui as identidades, relacionando-se diretamente com elas, sejam individuais ou coletivas.

2.5 A produção do conhecimento e os intelectuais da ESG: uma memória material

No acervo do C4, encontram-se o registro visual, audiovisual, a percepção dos intelectuais e políticos que proferiram palestras ou ministraram aulas na instituição, bem como suas assinaturas e o pensamento difundido na ESG.

O grupo que fundou a ESG, uma elite militar, que passa à elite política anos depois, partia da percepção da necessidade de estreitar os laços entre elites militares e civis. O General Juarez Távora, o segundo comandante da ESG, afirmou que só era possível aceitá-los “[...] como representantes das elites brasileiras, aqueles que de fato e de direito são responsáveis pelo controle político brasileiro.” (ARRUDA, 1980, p. 11).

Hobsbawm (2001) trabalha na perspectiva de que intelectual seria aquele capaz de propor soluções para um problema do qual pode ser representante, estando dessa forma engajado, como no caso dos representantes de classe ou de um cientista que se identifique com aquela causa. Quanto aos fins, eles podem ser políticos ou científicos.

Os denominados de intelectuais fazem parte de uma elite política. O conceito de elite política se baseia também nas pesquisas e trabalhos de autores como Reis (2000) e Bobbio (1993).

Pinto (2010, p.41) destaca alguns estagiários, colaboradores e membros do corpo permanente³⁹ da ESG: Arthur Bernardes Alves de Souza, Augusto Hamann Rademaker Grunewald, Eduardo Hugo Frota, Newton Araújo de Oliveira e Cruz, Golbery do Couto e Silva, Ernesto Geisel, Hermes Rodrigues da Fonseca Filho, Ademar de Barros Filho, Mário Pessoa de Oliveira, Humberto Castello Branco, César Obino, Roberto de Oliveira Campos, Arthur da Costa e Silva, Antonio Delfim Neto, Jarbas Passarinho, Mario Henrique Simonsen, Octávio Gouvêa de Bulhões, Emílio Garrastazu Médici e João Baptista de Oliveira Figueiredo.

Foi na ESG que o General Golbery do Couto e Silva, membro do Corpo Permanente da Escola entre 1952 e 1955, iniciou seus estudos sobre geopolítica e áreas estratégicas na década de 1950, à época Tenente-Coronel, e seus escritos constam nos arquivos da Escola.

A produção dos intelectuais – que frequentaram a ESG entre militares e civis, representantes da administração pública e privada, que estabeleciam laços dentro de um grupo composto por diversos segmentos da elite, interessada em questões voltadas para a segurança e, principalmente, para o desenvolvimento do país – está documentada no C4.

O tipo de produção intelectual a ser gestada na Escola está relacionado, nos diferentes períodos, aos acontecimentos políticos, às preocupações nacionais e ao contexto mundial. Cada período traz à tona as questões do momento e, de acordo com Arruda (1980), vão ser equacionadas na Escola, que funciona como um laboratório de discussão de soluções para resolver os problemas nacionais.

Távora (1974, p. 224), ao falar da rotina dos estagiários e do Copo Permanente, pondera que os debates normalmente “eram registrados por gravador elétrico, e, posteriormente traduzidos e impressos para conhecimento dos interessados”. A preocupação com o registro é antiga, e a preservação desses registros para salvaguardar a cultura organizacional, a tradição e o fortalecimento da identidade, mesmo em tempo de mudanças aceleradas, é o que está em pauta na reestruturação do C4.

39 Segundo o art. 34 do Decreto n. 35.187, de 11 de março de 1954, o Corpo Permanente da ESG é constituído dos civis e militares designados, em comissão, para os cargos - Direção da Escola e dos Departamentos de Estudos e de Administração (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1954).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se contribuir para que a academia e os membros da ESG tomassem conhecimento da evolução da biblioteca, impulsionada, entre outros fatores, pela Lei de Acesso à Informação (LAI), que possibilitou tanto a desclassificação dos documentos que registram o pensamento e a produção na área de defesa no Brasil quanto a criação do C4.

A documentação recém-desclassificada registra a evolução do pensamento que se disseminava através da Escola e o que chama a atenção é sua importância para se conhecer a história do Brasil, possibilitando fechar lacunas, o que nunca antes foi feito pela impossibilidade de acesso. Assim, justifica-se a divulgação desse material, disponibilizado pela ESG por força do atendimento à LAI, visto que hoje o interesse pelos estudos relacionados à defesa e segurança nacionais transcende as próprias instituições militares, ampliando a divulgação de novas formas científicas de compreensão do passado.

Apesar disso, os documentos ainda estão passando por tratamento técnico (separação, organização, catalogação, análise histórica etc.). Esse processo anda a passos lentos devido à falta de pessoal e de financiamento; dessa maneira, mesmo desclassificado, o material ainda é desconhecido pela academia, ainda que seu acesso esteja disponível.

A biblioteca tornou-se parte do C4, um lugar de memória e divulgação da produção esguiana, detentor de inúmeros registros que relatam a evolução da instituição, desde a sua origem aos dias atuais. Um espaço de preservação de parte da história do Brasil Republicano. Porém, os desafios de hoje são de proporções consideráveis: as fontes mais antigas passam por um processo de degradação. Essas fontes únicas, de valor inestimável, extinguem-se no decorrer dos anos.

O espírito da memória reside na natureza do C4, suas fontes são testemunhas inesgotáveis para a pesquisa, por isso não podem ficar relegadas ao esquecimento.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Chaves de. *A atuação da controladoria geral da união no monitoramento da Lei de Acesso à Informação e a Accountability*. 2014. 101 f. Monografia (Bacharel em Gestão Pública)—Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2014.

ARISTÓTELES. *Metafísica*. Tradução de Giovanni Reale. São Paulo: Edições Loyola, 2002. v. 2.

_____. *Arte retórica e arte poética*. 17. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ARRUDA, Antônio de. *Escola Superior de Guerra: história de sua doutrina*. São Paulo: GRD, 1980.

ASSEMBLEIA-GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <<http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2016.

BACON, Francis. *O progresso do conhecimento*. São Paulo: UNESP, 2007.

BOBBIO, Norberto. Teoria das Elites ou Elitismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (Orgs.). *Dicionário das elites*. 5. ed. Brasília, DF: Ed. UnB, 1993. v. 1.

BRASIL. Decreto n. 27.264, de 28 de setembro de 1949. Aprova e manda executar o Regulamento da Escola Superior de Guerra. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 03 out. 1949a.

BRASIL. Decreto n. 27.583, de 14 de dezembro de 1949. Aprova o regulamento para a Salvaguarda das informações que interessam à Segurança Nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 30 ago. 1949b.

_____. Decreto n. 35.187, de 11 de março de 1954. Aprova e manda executar o Regulamento da Escola Superior de Guerra. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 12 mar. 1954.

_____. Decreto n. 60.417, de 11 de março de 1967. Aprova o Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 17 mar. 1967.

_____. Lei n. 785, de 20 de agosto de 1949. Cria a Escola Superior de Guerra e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 30 ago. 1949c.

_____. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 18 nov. 2011.

BRASIL. Portaria Normativa Interministerial n. 1, de 26 de agosto de 2015. Dispõe sobre a equivalência de cursos nas instituições militares de ensino e na Escola Superior de Guerra em nível de pós-graduação lato sensu. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 27 ago. 2015.

_____. Projeto n. 476, de 07 de jun. de 1949. Cria, diretamente subordinada ao Estado-Maior das Forças Armadas, a Escola Superior de Guerra e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 ago. 1949d.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil). Boletim Interno Reservado n. 44, de 26 de dezembro de 2013. Nomeia Comissão para realizar a análise dos documentos acadêmicos sigilosos arquivados na Biblioteca da ESG. *Boletim Interno*, Rio de Janeiro, p. 187, 26 dez. 2013.

_____. *Catálogo da biblioteca*. Rio de Janeiro, 1951a. (D-004).

_____. *Curso Superior de Guerra: informações gerais*. Rio de Janeiro, 1951b. (D-003).

_____. *O sigilo na ESG: recomendações*. Rio de Janeiro, 1950. (D-001).

_____. *Instruções reguladoras do tratamento de documentos sigilosos na ESG*. Rio de Janeiro, 1953. (D-08-53).

_____. *Métodos e processos de trabalho do Curso Superior de Guerra*. Rio de Janeiro, 1952. (D-002-52).

_____. Portaria n. 18, de 01 de fevereiro de 2016. Regimento Interno (RI). *Boletim Interno*, Rio de Janeiro, n. 10, p. 34, 04 fev. 2016.

_____. Portaria n. 45, de 05 de março de 2015. Revoga o Art. 33 do Regimento interno da ESG, incorpora a Biblioteca e a Gráfica ao C4. Cria a Editora e a Memória Institucional e estabelece as competências para o C4 e a sua constituição. *Boletim Interno*, Rio de Janeiro, n. 15, p. 189-190, 05 mar. 2015a.

_____. Portaria n. 49, de 10 de março de 2015. Aprova o Plano Estratégico do Centro de Conhecimento Científico e Cultural (PEC4). *Boletim Interno*, Rio de Janeiro, n. 16, p. 201, 10 mar. 2015b.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil). Portaria n. 84, de 08 de abril de 2015. Aprova o Plano Diretor do Centro de Conhecimento Científico e Cultural (PDC4). *Boletim Interno*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 9, 08 abr. 2015c.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 11. ed, Rio de Janeiro: Graal, 1997.

HOBBSAWM, Eric. *Sobre a história*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

JACOB, Christian. Ler para escrever: navegações alexandrinas. In: BARATIN, M.; JACOB, C. (Dir.). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008. p. 45-73.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1996.

MONTENEGRO, José Everaldo de Albuquerque (Org.). *Memória: seleta 1*. Rio de Janeiro: ESG, 2012. 2 v. CD-ROM.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto história*, São Paulo, n. 10, p. 07-28, dez. 1993.

PINTO, Julia Kertesz Renault. *Forças Armadas, Escola Superior de Guerra e Segurança Nacional*. 2010. 98 f. Monografia (Bacharel em Direito)—Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

PLATÃO. *A República*. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2000.

REIS, Elisa Pereira. Percepção da elite sobre pobreza e desigualdade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 143-152, fev. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n42/1742.pdf>>. Acesso em: 03 fev. 2015.

REVISTA DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. Rio de Janeiro: ESG, v. 28, n. 57, jul./dez. 2015.

SARDENBERG, Idálio. Princípios fundamentais da Escola Superior de Guerra. *Revista da Escola Superior de Guerra*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 8, 1987.

TÁVORA, Juarez. *Uma vida e muitas lutas: memórias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército; Rio de Janeiro: Livraria J. Olympio, 1974. v. 1.

Recebido em: 25/03/2015

Aceito em: 28/08/2015